

ESPAÇOS QUE EDUCAM: marcas físicas e simbólicas da fé protestante no Edifício Modelo da Igreja Evangélica Fluminense

Priscila de Araujo Garcez

Resumo

O objetivo deste artigo é interpretar elementos religiosos, educativos e territoriais relacionados à construção do Edifício Modelo da Igreja Evangélica Fluminense, marco da arquitetura higienista da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, e suas influências no espaço urbano. Por meio da análise documental dos diários de Robert e Sarah Kalley, de jornais e do livro comemorativo lançado por ocasião dos 77 anos da Escola Dominical da instituição, o texto busca compreender como a fé protestante reformada influenciou a escolha desse território, bem como a conformação da arquitetura dos espaços e das práticas pedagógicas desenvolvidas na igreja, em um trabalho que uniu a tríade educação, religião e saúde. A localização estratégica, próxima ao cais, possibilitava que a igreja atuasse como um centro de irradiação de “novos modos de fazer” (Certeau, 1998), ao mesmo tempo que, pelo porto, circulavam discursos de ordem e progresso que moldaram redes, espaços e identidades. As marcas físicas e simbólicas deixadas por esse grupo religioso, tido como “o outro” (Certeau, 2021), entre o final do Império e as primeiras décadas da República, revelam as tensões entre um projeto civilizatório pensado para uma cidade higiênica e a realidade de um território marcado pela vulnerabilidade sanitária.

Palavras-chave: edifício modelo; Escola Dominical ; igreja evangélica fluminense; educação protestante; espaços praticados.

EDUCATING SPACES: physical and symbolic marks of the Protestant Faith in the model building of the Igreja Evangélica Fluminense

Abstract

The purpose of this article is to interpret religious, educational, and territorial elements related to the construction of the model building of the Igreja Evangélica Fluminense, a landmark of hygienist architecture in the port region of Rio de Janeiro, and its influences on the urban space. Through a documentary analysis of Robert and Sarah Kalley’s diaries, newspapers, and the commemorative book released for the 77th anniversary of the institution’s Sunday School, this paper seeks to understand how the reformed protestant faith influenced the choice of this territory, as well as the architectural configuration of the spaces and the pedagogical practices developed within the church, in a work that unified the triad of education, religion, and health. The strategic location, near the wharves, allowed the church to act as a center for radiating “new ways of doing” (Certeau, 1998), while discourses of order and progress that shaped networks, spaces, and identities circulated through the port. The physical and symbolic marks left by this religious group, regarded as ‘the other’ (Certeau, 2021) between the end of the Empire and the first decades of the Republic, reveal the tensions between a civilizing project designed for a hygienic city and the reality of a territory marked by sanitary vulnerability.

Keywords: model building; sunday school; igreja evangélica fluminense; protestant education; practiced spaces.

ESPACIOS QUE EDUCAN: marcas físicas y simbólicas de la fe protestante en el Edificio Modelo de la Igreja Evangelica Fluminense

Resumen

El objetivo de este artículo es interpretar los elementos religiosos, educativos y territoriales relacionados con la construcción del Edificio Modelo de la Igreja Evangélica Fluminense, un hito de la arquitectura higienista en la región portuaria de Río de Janeiro, y sus influencias en el espacio urbano. A través del análisis documental de los diarios de Robert y Sarah Kalley, periódicos y el libro conmemorativo del 77º aniversario de la escuela dominical de la institución, el texto busca comprender cómo la fe protestante reformada influyó en la elección de este territorio. Asimismo, analiza la conformación arquitectónica de los espacios y las prácticas pedagógicas desarrolladas en la iglesia, en un trabajo que integró la tríada de educación, religión y salud. Su ubicación estratégica, próxima al muelle, permitía que la iglesia actuara como un centro de irradiación de “maneras de hacer” (Certeau, 1998), mientras que por el puerto circulaban discursos de orden y progreso que moldearon redes, espacios e identidades. Las marcas físicas y simbólicas dejadas por este grupo religioso considerado como ‘el otro’ (Certeau, 2021), entre finales del Imperio y las primeras décadas de la República, revelan las tensiones entre un proyecto civilizador pensado para una ciudad higiénica y la realidad de un territorio marcado por la vulnerabilidad sanitaria.

Palabras clave: edificio modelo; escuela dominical; igreja evangélica fluminense; educación protestante; espacios practicados. Introdução

INTRODUÇÃO

O espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço por caminantes (Certeau, 1998, p. 202).

A citação em epígrafe convida a pensar sobre a ideia de cidade além do urbanismo, compreendendo-a como espaço de produções físicas e simbólicas que deixam marcas, particularmente entre sujeitos vinculados a grupos religiosos. O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, momento de chegada do casal de missionários Robert Reid Kalley (1809-1888) e Sarah Poulton Kalley (1825-1907), foi cenário das tensões entre a tradição colonial/católica e os ventos de uma proposta de modernização ilustrada, técnica e higiênica que os protestantes carregaram em suas bagagens. Com o enfraquecimento da hegemonia católica, é possível identificar diferentes *artes de fazer* (Certeau, 1998, 2021) protestantes para estabelecer sua presença no espaço urbano.

A zona portuária foi o lugar escolhido para a fixação definitiva do casal Kalley e da Igreja Evangélica Fluminense: um ponto de chegada dos discursos de ordem e progresso com os quais o protestantismo anglo-saxão se identificava. Nesse espaço insalubre aos olhos europeus, Robert e Sarah Kalley atuaram com o rigor científico típico do pensamento ilustrado, desenhando um projeto civilizatório (Elias, 2011) que transformou aqueles espaços em um porto de ideias para a modificação de comportamentos por meio de forças coercitivas.

Por meio da leitura bíblica, os protestantes se tornaram *caçadores furtivos* (Certeau, 1998), conformando territórios físicos e simbólicos. Na perspectiva do autor, o Edifício Modelo foi o lugar físico com todos os requisitos pedagógicos e higiênicos do discurso científico do momento, tendo uma arquitetura estável e estrategicamente definida para o ensino e a saúde, enquanto seus

espaços mantinham relação com as subjetividades dos alunos, professores e lideranças religiosas *caminhantes* que construíram percursos nesse sistema imposto. De que forma essa instituição religiosa de origem estrangeira conseguiu imprimir marcas físicas e simbólicas permanentes em um território marcado pelo catolicismo e pela vulnerabilidade sanitária?

Este artigo objetiva interpretar a relação entre religião, educação e território na construção do Edifício Modelo da Igreja Evangélica Fluminense. A partir dos diários de Robert e Sarah Kalley, compilados em *Lembranças do Passado* (Rocha, 2013, 2017), do livro *Escola Dominical: histórico (1855-1932)* (Igreja Evangélica Fluminense, 1932), lançado em comemoração aos 77 anos da Escola Dominical no Brasil, e do jornal congregacional *O Cristão* (Oliveira, 1916), a pesquisa, de caráter documental, busca articular a materialidade arquitetônica e as práticas pedagógico-higienistas nesses espaços.

Na primeira parte deste trabalho, destaca-se um Rio de Janeiro que buscava urbanizar-se na segunda metade do século XIX. A cidade era cenário de intenso intercâmbio cultural e circulação de ideias, processo que ganhou vida e significados com o trabalho de missionação empreendido pela Igreja Evangélica Fluminense, que buscou incutir marcas físicas e simbólicas no território por meio de uma tríade indissociável: evangelização, educação e saúde. Nesse sentido, as práticas educativas desenvolvidas na Igreja Evangélica Fluminense, especialmente por meio da Escola Dominical, funcionaram como dispositivos de uma *hermenêutica protestante* (Buriti, 2011) que visava desenhar novos sujeitos para uma cidade insalubre.

O segundo momento do artigo insere-se no contexto do advento da República e da consequente separação entre Igreja e Estado, quando a presença protestante se materializou de forma mais imponente nas *ausências* (Certeau, 2021), com a construção do templo definitivo da Igreja Evangélica Fluminense, em 1914, e do Edifício Modelo da Escola Dominical, em 1932, simbolizando a transição de uma fé de fachada discreta para a afirmação da permanência no cenário urbano. A escolha pela antiga Rua do Valongo carrega um valor simbólico, pois, sobre as memórias de desembarque dos escravizados, ergueu-se uma instituição que pregava a alfabetização, o saber científico e a modernização dos comportamentos por meio da Bíblia.

PONTO DE CHEGADA DA ORDEM, DO PROGRESSO E DA RAZÃO

A Igreja Evangélica Fluminense, localizada na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, é uma instituição religiosa de denominação congregacional, fundada em 11 de junho de 1858 pelo reverendo e médico escocês de origem presbiteriana Robert Reid Kalley. Essa igreja é tida como a primeira comunidade protestante a celebrar cultos em língua portuguesa no país (Leonard, 2002). Kalley e sua esposa, a missionária inglesa Sarah Poulton Kalley, embarcaram em 9 de abril de 1855 no porto da cidade de Southampton, na Inglaterra, no paquete a vapor da companhia Mala Real, rumo, a princípio, a um trabalho de missionação em Petrópolis, município da Região Serrana do Rio de Janeiro. Nessa cidade, deram início, no mesmo ano, ao funcionamento daquela que foi considerada a primeira Escola Dominical ininterrupta do Brasil para a instrução bíblica de crianças (Cardoso, 2005).

A escolha do casal Kalley por Petrópolis não se relacionou somente ao clima e à higiene local, mas também ao fato de ser uma cidade marcadamente europeia, com forte presença especialmente de colonos alemães, além de ser local de moradia de D. Pedro II, figura política com quem teriam um relacionamento mais próximo. Vieira (1980, p. 376) ressalta que a Igreja Luterana de Petrópolis era subsidiada pela Coroa, ou seja, a fixação nesse território também tinha relação com a presença de uma igreja protestante que gozava de relativa autonomia para funcionar. Além

dos católicos, outros grupos religiosos também eram considerados opositores aos protestantes, como os espíritas, adventistas e aqueles que desenvolviam *práticas religiosas africanas*, consideradas piores do que as espíritas. Porém, ao final do século XIX, os protestantes brasileiros uniram-se aos republicanistas na defesa da separação entre Igreja e Estado, entre os quais havia espíritas e maçons.

Kalley, membro da *Epidemiological Society for the Investigation of Epidemic Diseases*, conhecia a maior parte dos médicos da Corte e exercia a medicina sanitária junto à população pobre de Petrópolis atingida pelas epidemias (Cardoso, 2005). Sarah, de família integrante da alta sociedade em seu país de origem, aplicava na Escola Dominical ensinamentos bíblicos e princípios da educação vitoriana destinada às mulheres burguesas, com prescrições sobre boa conduta e temas relacionados à higiene do corpo e do quarto de dormir (Buriti, 2011).

Por sua vez, a localização da Igreja Evangélica Fluminense na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia de Santa Rita, apesar de considerada insalubre¹, representava um alinhamento do casal Kalley à ideologia de progresso e civilização, já que eram cidadãos britânicos, súditos da maior potência mundial no período. Conforme Azevedo (2016), a cidade do Rio de Janeiro, sede do poder imperial, era celeiro de intelectuais que pertenciam à elite política nacional ou a setores da Monarquia interessados na urbanização da capital. Já na segunda metade do Oitocentos, uma série de obras de infraestrutura empreendeu telégrafo, lâmpioes a gás, construções com ferro fundido, incrementos da indústria naval, estradas de ferro e modernização do porto do Rio de Janeiro.

Os primeiros lugares escolhidos para o funcionamento da Igreja Evangélica Fluminense não foram um acaso geográfico, mas um dos fatores para a sobrevivência e o crescimento do protestantismo em um país considerado importante nos cenários político e econômico mundial:

O tamanho do Brasil e as suas relações políticas, naquela época, não permitiam que fosse um país ignorado. Diversas sociedades religioso-filantrópicas velavam pelo estado espiritual dos marinheiros, nos portos, e dos habitantes – brancos ou pretos, livres ou escravos – no continente (Rocha, 2013, p. 14).

A proximidade da igreja com o cais permitia fazer negócios, ter contato com os locais e com aqueles que desembarcavam dos navios. Por ser uma área de intenso intercâmbio cultural e de circulação de ideias, o porto facilitava a logística das missões, com o recebimento de Bíblias e demais impressos protestantes vindos das sociedades bíblicas da Europa, e servia de apoio e hospedagem aos imigrantes protestantes de fé reformada que desembarcavam em um país majoritariamente católico. Gonçalves e Costa (2020) consideram que, apesar de ponto de chegada para o progresso, o porto apresentou pontos de dissociação ou disjunções com a cidade, por ser um espaço de negócios *sujos e perigosos*, tornando-se a parte menos valorizada da cidade. Com isso, as classes comerciantes e outros setores das elites locais alocavam suas moradias em locais afastados da região portuária, gerando não somente uma separação física da cidade, mas “[...] uma constituição das áreas portuárias como um mundo social, estético e político à parte” (Gonçalves; Costa, 2020, p. 36).

1 No início da década de 1850, os administradores da Corte identificaram a presença de cortiços na cidade. No imaginário político brasileiro, os habitantes desses locais representavam perigo, porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e para a manutenção da ordem pública. Posteriormente, também foram considerados potencialmente nocivos à sociedade, pela possibilidade de contágio de doenças. Os subdelegados realizavam visitas frequentes de inspeção às habitações coletivas, certificando-se de que nelas não encontrariam estrangeiros em situação irregular, vadios, pessoas “suspeitas” ou que causassem desconfiança e receio. Epidemias de tuberculose, febre amarela, varíola e cólera desafiavam o saber médico e o progresso da higiene pública (Chalhoub, 1996).

Nesse mundo social, estético e político à parte, Robert Kalley utilizou conhecimentos médicos e teológicos para curar e evangelizar. Em 1855, um surto de cólera assolou o Rio de Janeiro. No volume 1 de *Lembranças do Passado*, livro que reúne os diários do casal Kalley, João Gomes da Rocha (2013), filho do casal, relatou que possivelmente a doença se instalou na cidade por meio de um escravizado que havia chegado da Região Norte do país. Gonçalves e Costa (2020) estimam que, no século XIX, cerca de 700 mil africanos escravizados desembarcaram no porto do Rio de Janeiro. Em sintonia com esse contexto local, Robert Kalley prestou assistência médica gratuita à população no tratamento da cólera. Ele trazia consigo a mentalidade abolicionista² que já fervilhava no contexto da Revolução Industrial no Reino Unido, influenciando a forma como o espaço da igreja era utilizado em sua relação com os mais pobres no território urbano.

Ao dedicar-se ao tratamento das doenças contagiosas da época, curando o corpo e a *alma*, Robert ajudou a quebrar parte da resistência da população local em relação aos protestantes, ganhou abertura para a formação de prosélitos e consolidou a igreja por meio do serviço social em uma área de vulnerabilidade sanitária. Kalley também utilizava a imprensa para defender a liberdade religiosa, tendo como paradigma os Estados protestantes europeus, apontados como exemplos de modernidade e progresso (Lima, 2010).

Capital do Império, o Rio de Janeiro via chegar com as primeiras missões protestantes a ordem, o progresso e a razão, nos moldes iluministas, configurando novos discursos e espaços na cidade. Nesse processo de reconfigurações dos espaços, Sarah Kalley, sensível às transformações ocorridas, também participava dessa *hermenêutica protestante* (Buriti, 2011), aplicando uma linguagem científica, moral, instrutiva e civilizatória para desenhar novos modos de ser no território urbano. Segundo Iranilson Buriti (2011), o livro *A alegria da casa*, escrito por Sarah e editado em 1866, foi utilizado na Escola Dominical e, a partir de 1880, aplicado nas escolas primárias do Rio de Janeiro, tornando-se um manual educativo da Diretoria de Instrução Pública da época, ao ensinar ao público feminino a importância da higiene física, moral e intelectual. Para os protestantes, a defesa da educação como fator de liberdade e progresso na construção de uma sociedade civilizada deveria ser aquela proveniente dos povos anglo-saxões (Mesquida, 1994).

O manual escrito por Sarah Kalley relacionou-se ao cenário do final do século XIX, quando instrução e higiene se imbricavam na constituição de uma racionalidade para a cidade e seus habitantes. O saber médico materializava-se na imprensa especializada, na grande imprensa, na literatura e em posições de direção do aparelho estatal. Ao direcionar-se às escolas, a chamada educação integral advinda dos discursos higienistas voltou-se para a educação moral, cívica e intelectual (Rizzini; Gondra, 2014).

As tentativas de transformação da região portuária em espaços de identidade protestante não foram exclusividade dos congregacionais. Outros sujeitos também aproveitaram a dinâmica cosmopolita do porto para organizar suas primeiras sedes e espaços de culto em língua vernácula, pois encontraram brechas e uma relativa frouxidão na vigilância religiosa nessa região de fronteira,

² A relação dos protestantes com a escravidão é considerada omissa e tímida frente às lutas abolicionistas. Parte das razões pelas quais as igrejas protestantes de missão pouco se preocuparam com essa questão decorreu do fato de priorizarem o trabalho de missionação em territórios predominantemente católicos. Ademais, algumas lideranças, coadunadas com os interesses socioeconômicos e políticos do momento, eram proprietárias de pessoas escravizadas e tinham lucro considerável com essa exploração. Havia também a mentalidade individualista da crença na salvação como algo intransferível, o que reforçou a ideia de que a libertação das almas de pessoas escravizadas dependia somente delas e aconteceria após a morte, quando chegassem ao céu. Alguns protestantes, contrários à escravidão, desenvolveram iniciativas particulares, concedendo alforria a escravizados; porém, não houve um esforço institucional de amplo alcance nesse aspecto (Barbosa, 2002).

se comparada ao centro administrativo do Império. Santos (2004) assinala que a identidade de cada igreja demonstra que o protestantismo no país não se configurou em um movimento monolítico, pois as identidades são historicamente construídas, exigindo reinvenções e redefinições entre diferentes grupos. Em um país de tradição católica, como o Brasil, o protestantismo ocupou o *lugar do outro*, do estrangeiro, por meio de suas táticas ou modos de fazer (Certeau, 1998, 2021).

Entre as táticas metodistas, por exemplo, foi criado na Gamboa, em 1906, o Instituto Central do Povo, com o nome de Missão Central. Fundada pelo reverendo norte-americano Hugh Clarence Tucker, a proposta tinha ação complementar à reforma urbana de Pereira Passos na capital federal, objetivando privilegiar um certo tipo de civilidade com o saneamento moral da comunidade portuária da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro diretor da instituição descreveu o local como um ambiente de moradias insalubres, denominadas cortiços, onde milhões de trabalhadores se aglomeravam em condições precárias de higiene. Preocupado com o quadro de desigualdade social e pobreza daquela região, Tucker expôs a situação a industriais e políticos brasileiros e estrangeiros, que atuaram como contribuintes financeiros (Brito, 2017).

Outro espaço de testemunho material da presença protestante é o Cemitério dos Ingleses, construído próximo ao Instituto Central do Povo. Descrito em 1823 pela viajante inglesa Maria Graham (1956) como um dos lugares mais aprazíveis que já contemplara, ele se estendia pela Praia da Gamboa, proporcionando uma das melhores vistas da cidade. O cemitério remonta ao ano de 1811, quando chegava ao Brasil um número considerável de imigrantes ingleses, em decorrência da abertura dos portos às nações amigas, em 1808, por D. João VI. Esses imigrantes protestantes não podiam ser sepultados no interior ou adros das igrejas católicas, conforme tradição da época (Cardoso, 1987). Em 1985, o Cemitério dos Ingleses foi tombado, demarcando o *lugar do outro* (Certeau, 2021), de uma minoria protestante que empreendeu a primeira conquista de um espaço físico e legal não católico iniciada no Império e impedindo, assim, que essa história fosse sepultada pelo esquecimento.

Por sua vez, a Associação Cristã de Moços, criada em 1844, na Inglaterra, inaugurou suas atividades no Brasil em 1893, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, n. 47, por meio do missionário norte-americano Myron A. Clarck, junto a lideranças da Igreja Evangélica Fluminense e da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, as duas principais instituições protestantes daquele período. Tal entidade civil e religiosa, além de ser um espaço de sociabilidades, buscava propagar um ideal de ser humano moral e capacitado intelectualmente a viver no progresso (Santos, 2004), indicando que a fé moldou redes, lugares e espaços na capital do Império.

Nesse cenário urbano próximo ao cais, a Igreja Evangélica Fluminense teve diversas sedes, com início de funcionamento em 1856, em uma casa na Rua da Boa Vista, n. 45, atualmente Rua Conselheiro Zacarias, no Morro da Saúde (Rocha, 2013). O segundo local foi a Rua do Propósito, n. 64 e n. 66 (1858-1864); posteriormente, de 1864 a 1886, o endereço foi a Travessa das Partilhas, n. 44. Ainda em 1864, o casal Kalley mudou-se definitivamente de Petrópolis para a cidade do Rio de Janeiro, ocupando um dos cômodos da Rua do Propósito. Nesse período, a Escola Dominical funcionou na sala de jantar dos missionários, de forma improvisada. Em abril de 1886, a igreja passou a funcionar na Rua Larga de São Joaquim, n. 185, renomeada posteriormente como Marechal Floriano Peixoto (Igreja Evangélica Fluminense, 1932). Como reflexo das tensões religiosas e sociais do Brasil Império, esses locais iniciais das atividades eram casas cujas fachadas não possuíam elementos arquitetônicos similares aos de uma instituição religiosa, pois a Constituição de 1824 preconizava que cultos ou reuniões de acatólicos acontecessem em construções com formas exteriores que não lembrassem templos.

Em 1858, ano de sua inauguração, a Igreja Evangélica Fluminense tinha em seu rol de membros um brasileiro, oito portugueses e cinco britânicos (Reily, 1984), espelho da demografia da zona portuária. Fonseca (2019) assinala que, desde a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, houve uma lenta inserção do Brasil na divisão mundial do trabalho. O predomínio que se inaugurou com a Revolução Industrial exigia transformações urbanísticas conforme as leis do mercado internacional, naquele momento representado pelo Império Britânico. A orla da Saúde, habitada por pescadores autônomos, negros livres e alforriados e imigrantes, passou a ser ocupada pelas precárias infraestruturas portuárias que se adaptavam à crescente demanda comercial e populacional, irradiando-se da Prainha até o Morro de São Bento.

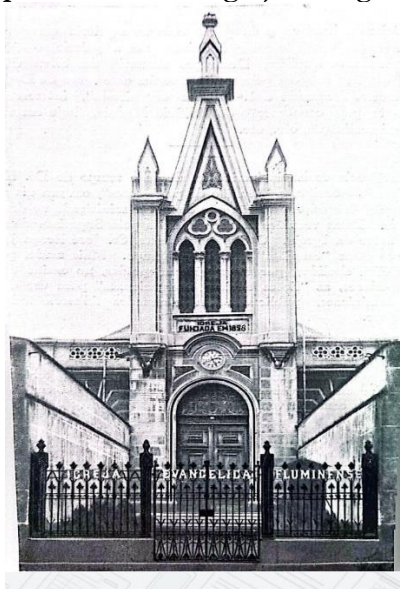
Posteriormente, a instituição contou com predominância de mulheres e crianças. Abrangia desde profissionais liberais até trabalhadores manuais e negros alforriados. Estes últimos utilizaram a nova fé, entre outras motivações, como meio de ascensão social (Santos, 2017). Em 1874, ao discorrer sobre sua atuação no Brasil, Robert Kalley destacou que a Igreja Evangélica Fluminense tinha cerca de 200 membros, “[...] na sua maioria, pessoas pobres e sem preparo intelectual, ainda que crentes verdadeiros, sujeitos às mil tentações de uma cidade viciosa e cheia de costumes perniciosos” (Rocha, 2017, p. 80). O catolicismo era a religião oficial do Império; logo, tornar-se protestante consistia em uma escolha que deveria culminar na mudança de identidade social e moral. Para integrar o rol de membros, era necessário passar por uma rigorosa avaliação que exigia profissão pública de fé, batismo e transformação moral e disciplinar.

A Igreja Evangélica Fluminense não era apenas um lugar de orações e leitura da Bíblia, mas um centro de serviços de influências culturais mútuas, que unia evangelização, educação e saúde, deixando-se influenciar e também inculcando marcas nesses espaços complexos, repletos de tensões e disputas. Evangelizar, curar e civilizar eram ideais indissociáveis para esses protestantes, que inseriram em suas *artes de fazer* (Certeau, 1998) a fé reformada, articulada ao desejo de reformar social, política e arquitetonicamente aquele espaço. O cotidiano (Certeau, 1998) foi alterado, na medida em que novas formas de fazer se apresentaram, neste caso, gerando novas apropriações dos espaços.

A FÉ MATERIALIZADA NA ARQUITETURA: PRÁTICAS RELIGIOSAS E EDUCATIVAS

Em 3 de maio de 1914, o templo definitivo da Igreja Evangélica Fluminense foi inaugurado na Rua Camerino, n. 102, na Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1: Templo definitivo da Igreja Evangélica Fluminense



Fonte: Escola Dominical : Histórico (1855-1932) (Igreja Evangélica Fluminense, 1932).

Mais uma vez, a escolha pelo local de funcionamento dos cultos não se deu ao acaso. A Rua Camerino, antiga Rua do Valongo, foi local de desembarque e comércio de escravizados, conhecido posteriormente como Complexo Negreiro do Valongo. Dividido em quatro áreas articuladas, compreendia o cais de pedra, onde havia o desembarque; a Rua do Valongo, com seus depósitos de *mercadoria negra*; o Cemitério dos Pretos Novos, na atual Rua Pedro Ernesto; e o Lazareto dos Escravos, que recebia os africanos doentes após desembarque no Brasil (Soares, 2013, p. 10). As condições de ocupação nas adjacências do porto, palco das principais revoltas populares, entre as quais, a Revolta da Vacina, em 1904, e a Revolta da Chibata, em 1910, constituíram-se em núcleo de articulação política e cultural. Nesse espaço físico e cultural, despontaram manifestações como a capoeira, candomblé e os ritmos afro-brasileiros, como o samba. Estigmatizada como violenta e incivilizada, essa região gestou os repertórios culturais que, ao longo do século XX, se tornaria uma espécie de cartão postal do Brasil no mundo (Gonçalves; Costa, 2020).

A construção do templo com fachada imponente em uma área central da cidade do Rio de Janeiro, no início do republicanismo, época em que regras para uma arquitetura discreta das fachadas de espaços acatólicos não eram mais exigidas, foi uma tática (Certeau, 1998) para conquistar um lugar próprio, em um território dominado pela hegemonia católica. Entretanto, mesmo após a Constituição de 1891, que preconizava a tolerância e permissão para cultos de religiões diferentes da católica romana, a liberdade religiosa era vigiada. Nesse aspecto, o templo servia como afirmação de existência e permanência: não apenas um conjunto de pedras e tijolos maciços, mas um guardião dos modos de fazer de um grupo religioso que precisou criar formas distintas de educação e sociabilidade para se destacar no espaço urbano.

Em seu interior, paredes limpas, em tons claros, focavam na acústica para o canto congregacional – uma marca do trabalho de Sarah Kalley com a hinologia protestante. No lugar de um altar com santos, o foco era o púlpito, simbolizando a centralidade da pregação bíblica. Os bancos de madeira eram dispostos de modo a privilegiar a visão do orador, reforçando a dimensão educativa e comunitária. A arquitetura da Igreja Evangélica Fluminense não estava relacionada

apenas à estética ou a um projeto de engenharia, mas integrava uma pedagogia visual para reeducar o fiel, afastando-o da tradição barroca do catolicismo e o aproximando dos pilares da Reforma Protestante. A racionalidade fazia parte da estética protestante, comunicando uma fé ilustrada que deveria ser processada pelo intelecto e não por meio de superstições.

A Escola Dominical da Igreja Evangélica Fluminense não fugiu a essa lógica religiosa, educativa e higiênica de organização dos espaços. Em 1914, ano de inauguração do templo definitivo, a instituição passou a ter maior desenvolvimento, sendo necessário dividi-la em departamentos, a fim de acompanhar os alunos *desde o berço até o túmulo*. Em 1916, durante uma reunião de professores, o superintendente José Luiz Fernandes Braga Junior afirmou que o lugar físico dedicado à Escola Dominical era exíguo; portanto, havia a necessidade de um edifício com todos os requisitos higiênicos e pedagógicos para a instalação das salas (Igreja Evangélica Fluminense, 1932, p. 245).

Em 1916, surgiu a ideia de construção do prédio denominado Edifício Modelo, que tem relação com um padrão internacional advindo dos Estados Unidos para a organização administrativa e pedagógica das Escolas Dominicais brasileiras – um desdobramento da III Convenção Nacional de Escolas Dominicais de 1915. Ocorrida no templo da Igreja Evangélica Fluminense, a convenção contou com a presença de, aproximadamente, 250 excursionistas norte-americanos que vieram de Nova Iorque no navio *Krooland*, considerado o primeiro a cruzar o canal do Panamá. Nesse congresso, as igrejas brasileiras estreitaram laços com os Estados Unidos, mas muitas não conseguiram alcançar o modelo exigido pelos norte-americanos e tiveram que fazer adaptações físicas e curriculares (Garcez, 2022).

A convenção foi amplamente noticiada na imprensa secular. Garcez (2022) afirma que a Igreja Evangélica Fluminense foi mencionada como *Templo do Ensino* no jornal *Correio da Manhã* de 17 de março de 1915, um resultado de seu protagonismo na Escola Dominical, conquistado no cenário nacional já com Sarah Kalley. Em 1923, a União das Escolas Dominicais do Brasil concedeu à Igreja Evangélica um diploma de honra por ter alcançado todos os itens indispensáveis do padrão, tornando-se uma Escola Modelo Nacional.

Em 17 de julho de 1916, o professor Domingos Antonio da Silva Oliveira publicou no jornal *O Cristão* sua insatisfação com a falta de estrutura: “Já não é mais possível dirigir com eficiência uma Escola Dominical, num único salão, onde as classes se defrontam e as vozes dos instructores se confundem, no esforço que cada um faz para ser ouvido pela sua respectiva classe” (Oliveira, 1916, p. 190). Após alguns anos de levantamentos de ofertas individuais e coletivas, e com ajuda da Associação Cristã de Moços e do Exército da Salvação, em maio de 1920, a igreja adquiriu os prédios situados à Rua do Costa, n. 58, n. 60 e n. 62, para que fosse erguido o Edifício Modelo nos fundos do templo da Rua Camerino, n. 102. Se havia um padrão exigido de Escola Dominical, seria necessário existir também um lugar modelo para circulação dos sujeitos nesses espaços pensados para o ensino da Bíblia em integração à vida urbana na zona portuária, que:

[...] além de sua Escola Dominical, possam funcionar regularmente e de acordo com os novos métodos e programas aprovados pelo Departamento Nacional de Ensino, as aulas diurnas e nocturnas do Collegio Dr. Robert Kalley. Neste novo estabelecimento de ensino haverá cursos vários, desde o Jardim de Infancia ao curso Superior, e sendo possível um Curso Profissional para ambos os sexos.

O edifício que planejamos para abrigar este trabalho terá tres pavimentos, e o quarto sera um amplo terraço para escoteiros e recreio.

Sem falar no lado moral e estético de nossa colaboração com a Municipalidade, por meio do edificio que vai se erguer á rua do Costa 58 a 62, esperamos dentro de pouco

tempo prestar á Educação e á Hygiene de nossa metrópole, dous grandes serviços que não devem ser olvidados:

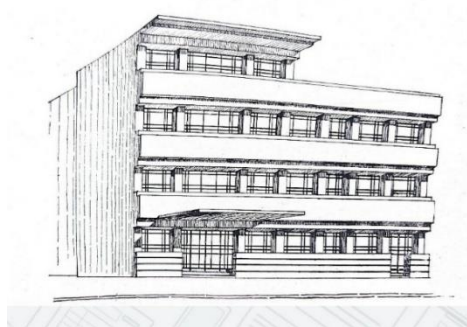
1º A contribuição humilde, mas eficiente, na gloriosa obra de alfabetização de nosso povo.

2º A cooperação que, por meio de palestras sobre hygiene e outros assumptos médicos, a par de um pequeno posto de clinica geral e dentaria, temos em vista a oferecer ao Departamento Nacional de Saude Publica, para levantamento de um nível mais alto de saude entre as famílias da redondeza (Igreja Evangélica Fluminense, 1932, p. 279-280).

A região portuária viu nascer no Edifício Modelo os primeiros esforços de alfabetização em massa fora do controle estatal e católico, além de atendimento médico-higienista à população. Nos lugares descritos no livro *Escola Dominical : histórico (1855-1932)*, os alunos receberiam um ensino que permanecia pautado em um discurso higienista de viés preventivo, sublinhando as mazelas oriundas da pobreza como questões a serem combatidas, com vistas à hygiene física, mental e espiritual. Em 1932, os discursos higienistas permaneciam no Rio de Janeiro. Dessa vez, a capital da República necessitava adquirir feições norte-americanas, diferentemente do período do Oitocentos – Xavier e Gondra (2023) assinalam que, naquele momento, o Rio de Janeiro, na qualidade de capital do Império, sofreu influências de intelectuais que viam, na Europa, um modelo de civilidade propício para a modernização da cidade.

Em 1932, o Edifício Modelo foi inaugurado como um legado do casal Kalley, seguindo a sobriedade característica do protestantismo reformado:

Figura 2: Edifício Modelo



Fonte: Escola Dominical : Histórico (1855-1932) (Igreja Evangélica Fluminense, 1932).

Devido ao calor e à proximidade com a zona portuária, local úmido e sujeito a doenças, destaca-se na arquitetura do Edifício Modelo o pé-direito alto e a quantidade expressiva de janelas amplas para garantir a circulação de ar. Embora discreta, a construção em linhas retas, realizada em uma área de expansão e modernização da então capital da República, denota a afirmação da permanência protestante em solo brasileiro com uma estrutura sólida, que desafiava o monopólio religioso católico. A arquitetura do Edifício Modelo carregava a missão do casal Kalley, que almejava que o povo pudesse ler a Bíblia por conta própria. As salas eram flexíveis, para que funcionassem como escola, curso superior, gabinete médico durante a semana e Escola Dominical aos domingos, servindo de ponto de acolhimento e hygiene à população.

O processo civilizador protestante apresentou conexões com as práticas educativas adotadas nas igrejas. Os mecanismos externos de coerção resultavam na ideia de civilizar as sociedades para que não se mantivessem em um padrão que as aproximasse do primitivo (Elias,

2006). Os missionários protestantes que chegaram ao Brasil consideravam os católicos imersos na superstição, na credence, na idolatria e na feitiçaria, o que reforçava a concepção que tinham deles, como incivilizados e primitivos. As Escolas Dominicais ocuparam a agenda protestante, para fazer prevalecer nas sociedades por onde se estabeleceram a hegemonia de seus interesses religiosos, políticos, econômicos e educacionais. Nesse sentido, a planta arquitetônica do Edifício Modelo educava e civilizava, na medida em que possuía um desenho pensado para influenciar a aprendizagem, as relações e as produções de sentidos, modificando comportamentos.

A conjuntura da década de 1930 no Brasil foi de recrudescimento do poder da Igreja Católica, que buscou uma aproximação intensa com o governo ditatorial e nacionalista de Getúlio Vargas, no sentido de retomar o poder político enfraquecido já em meados do Império e formalizado na primeira Constituição Republicana de 1891, com a separação entre Igreja e Estado (Santos, 2017). Mais do que nunca, os protestantes buscaram se reafirmar nesses espaços de disputas e tensões. A inauguração do Edifício Modelo refletiu essa reconfiguração instável de posições no mundo religioso, em que os sujeitos utilizaram esse lugar em atendimento às necessidades de *caça* no território do outro (Certeau, 1998).

O conjunto arquitetônico da Igreja Evangélica Fluminense, que inclui o Edifício Modelo, hoje tombado pelo Decreto n. 5.709, de 7 de março de 1986, da Prefeitura do Rio de Janeiro, contém histórias, memórias e pertencimento. Dar ao colégio destinado a funcionar nesse espaço o nome de Dr. Robert Kalley era uma prática comum entre os protestantes históricos, que utilizavam placas com dedicatórias ou salas batizadas com os nomes daqueles considerados *heróis da fé*. Assim, no prédio do Edifício Modelo, a história da denominação foi transmitida e perpetuada por meio da Escola Dominical e das memórias construídas nesses espaços, criando-se um senso de identidade, pertencimento e coletividade entre os fiéis para que se sentissem parte dessa história.

Nos espaços da igreja, os currículos e a literatura protestante funcionaram como referências temporais. Da mesma forma, as músicas demarcaram rituais pautados na oralidade, com uma pedagogia dos hinos herdada de Sarah Kalley (Nascimento; Garcez, 2021) que educava para a criação de memórias coletivas que não estão presentes apenas naquilo que é escrito, mas também no que é repetido. A prática de decorar versículos bíblicos criava arquivos mentais comuns, partilhados pela comunidade, bem como o momento de compartilhar as experiências individuais (testemunhos) transformando relatos em espaços (Certeau, 1998). Assim, as salas de aula do Edifício Modelo transformaram, por meio da educação, a fé protestante em espaços de validação de doutrinas e de histórias individuais perante o grupo, quando alunos e professores conformaram aquele lugar conforme seus modos de fazer em espaços que educam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da Igreja Evangélica Fluminense na região portuária do Rio de Janeiro evidencia que o espaço urbano não é apenas uma organização geográfica, mas um *lugar praticado* (Certeau, 1998) por meio de estratégias e táticas de grupos religiosos. A fixação do casal Kalley na Freguesia de Santa Rita não se deu ao acaso; representou uma ocupação intencional de um território marcado pela vulnerabilidade sanitária e pelo intercâmbio cultural do porto. Nesse cenário, o protestantismo anglo-saxão operou como um vetor de modernização, utilizando a tríade evangelização, educação e saúde para imprimir novas marcas físicas e simbólicas na capital do Império.

Além disso, a *hermenêutica protestante* (Buriti, 2011) transbordou o campo teológico para se materializar na arquitetura e nas práticas cotidianas. A transição das fachadas discretas do período imperial para a imponente do templo de 1914 e do Edifício Modelo de 1932 na República

simboliza a consolidação de uma identidade que desafiou a hegemonia católica. Ao adotar padrões arquitetônicos higienistas, como o pé-direito alto e a ventilação abundante, a instituição ofereceu um espaço de culto, estudos e civilidade, onde o saber científico e a instrução bíblica se fundiam no combate ao analfabetismo e às epidemias.

Quanto às implicações socioculturais, é fundamental destacar o valor simbólico da localização da igreja na antiga Rua do Valongo. Erguer um centro de alfabetização e progresso sobre as memórias do desembarque de escravizados constitui uma ressignificação do território, transformando o porto de mercadorias em porto de ideias. As práticas educativas da Escola Dominical funcionaram como dispositivos de inserção social para sujeitos marginalizados, permitindo que imigrantes, negros alforriados e trabalhadores construíssem percursos próprios dentro de um sistema urbano em transformação, por meio do acesso ao conhecimento.

A Igreja Evangélica Fluminense, nas figuras de Robert e Sarah Kalley, atuou como um agente civilizador, cujas marcas permanecem como testemunhos materiais da diversidade religiosa brasileira. A fé, articulada à ciência e à educação, reconfigurou permanentemente o espaço urbano da região portuária. Dialogar com Certeau para interpretar a história da educação protestante significa entender como os sujeitos, ao longo da história, *inventaram* maneiras de ser cristãos que privilegiaram redes, identidades e leitura individual da Bíblia nas igrejas, espaços que educam.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2016.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja*: espia da banda de fora. Protestantismo e escravidão no Brasil Império. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002.

BRITO, Eduardo Cesar Valuche Oliveira. *Hugh Clarence Tucker e o Instituto Central do Povo no Rio de Janeiro*: os metodistas na construção da República Brasileira (1866-1915). 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13540/1/Dissertacao%20de%20Eduardo%20Valuche.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

BURITI, Iranilson. Leituras do sensível: instrução moral e práticas médico-educativas no Segundo Império. In: CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da (org.). *Culturas e sociabilidades do oitocentos*: possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 27-47.

CARDOSO, Douglas Nassif. *Sarah Kalley*: missionária pioneira na evangelização do Brasil. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2005.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart *et al.* *Histórias dos bairros*: Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia: Editora Index, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. *O lugar do outro*: história religiosa e mística. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios*: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2011.

FONSECA, Thiago Vinicius Mantuano. A Região Portuária do Rio de Janeiro no século XIX: aspectos demográficos e sociais. *Almanach*, Guarulhos, n. 21, p. 166-204, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-463320192105>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/KFvd4mqQtpBwtsvXSdjMprn/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2026.

GARCEZ, Priscila de Araujo. “O que tem o dom do ensino, busque aperfeiçoá-lo”: circulação de sujeitos, modelos e práticas pedagógicas na preparação dos professores protestantes das Escolas Dominicais (1915-1949). 2022. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/19261/2/Tese%20-%20Priscila%20de%20Araujo%20Garcez%20-%202022%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

IGREJA EVANGÉLICA FLUMINENSE. *Escola Dominical: histórico (1855-1932)*. Rio de Janeiro: Igreja Evangélica Fluminense, 1932.

LEONARD, Émile Guillaume. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2002.

LIMA, Sergio Prates. *Peregrinos, missionários e protestantismo: o caso de Robert Reid Kalley*. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13967/3/2010%20-%20Sergio%20Prates%20Lima.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.

NASCIMENTO, Marco Antonio Toledo; GARCEZ, Priscila de Araujo. Polifonia da fé protestante: a música sacra como elemento educativo em Henriqueta Rosa Fernandes Braga (1961). *Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*, Teresina, v. 3, n. 1, p. 74-102, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26694/caedu.v3i1.12360>. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2385/2179>. Acesso em: 20 maio 2026.

OLIVEIRA, Domingos Antonio da Silva. Edifício Modelo da Escola Dominical. *O Cristão*, Rio de Janeiro, p. 190, 17 jul. 1916.

REILY, Alexander Duncan. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1984.

RIO DE JANEIRO. *Decreto n. 5.709, de 7 de março de 1986*. Determina o tombamento do exemplar arquitetônico que menciona. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 11 mar. 1986. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121087/022DECRETO5709RealeBenemeritaSociedadeProtuguesa.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 561-584, jul./set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000800003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgDg9SHLsWSXxpgs3BLmmXb/?format=html&lang=pt>.
Acesso em: 20 maio 2026.

ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*. v. 1. Rio de Janeiro: Associação Basileia, 2013.

ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*. v. 4. Rio de Janeiro: Associação Basileia, 2017.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República brasileira*. 2004. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista/UNESP, Assis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103180>. Acesso em: 20 maio 2026.

SANTOS, Lyndon de Araújo. “Eis os milhões que em trevas tão medonhas”: o protestantismo no Brasil oitocentista. In: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (org.). *Os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico*. Curitiba: CRV, 2017. p. 117-136.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Valongo, cais dos escravos: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro, 1668-1911*. 2013. 127 f. Relatório de Estágio (Pós-Doutoramento em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIEIRA, Davi Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

XAVIER, Natália Silva Marques; GONDRA, José. A instrução no Rio de Janeiro: os desafios da organização da educação brasileira no século XIX (1826-1833). In: LAÍNEZ, Alejandro Enrique García et al. (org.). *Liberdades no/do Brasil? Os processos de independência e da formação das populações (1815-2022)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2023. p. 177-190.

Submetido em abril de 2026

Aprovado em maio de 2026

Informações da autora

Priscila de Araujo Garcez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: priscila27.rj@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4811-4336>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0539678112039248>